



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9695

**Presidente da Mesa Diretora:** José Marcos Martins de Freitas

**Espécie:** Veto

**Categoria:** Mantidos, aprovados

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 28/05/2019

**Descrição Sumária:** VETO AO PROJETO DE LEI Nº 17/2019. (MANTIDO).  
Denomina a Praça “Rosângela Veloso Assis Martins”, popularmente conhecida como Praça do Chinelão, situada no trevo do aeroporto.

**Controle Interno – Caixa:** 01

**Posição:** 49

**Número de folhas:** 06

---

Projeto de Lei  
Categoria: mantidas  
CX : 01  
Ordem : 49  
nº fls : 04



# Câmara Municipal de Montes Claros

VETO

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Veto do Executivo ao Projeto de Lei nº 17/2019, que Denomina  
Praça Rosângela Veloso Assis Martins.

## MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - **Entrada em 28/05/2019**
- 3 - **Comissão Especial.**
- 4 - **VETO MANTIDO EM 25.06.2019**
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Montes Claros (MG), 22 de maio de 2019

Exmo. Sr.

**Vereador José Marcos Martins de Freitas**

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-\_\_\_\_\_/2019

Assunto: Veto integral ao Projeto de Lei n.º 17/2019;

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento, do Projeto de Lei n.º 17/2019, que **"Denomina Praça Pública"**, oriundo dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 54, parágrafo 1º e de conformidade com o disposto no inciso IV, do artigo 71, ambos da Lei Orgânica Municipal e artigo 66, §1º, da Constituição da República, VETEI-O integralmente, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

## RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Os Projetos de Lei n.º 17/2019 e 22/2019, de iniciativa desta Augusta Casa, tem o objetivo comum de denominar Praça Pública no Município, entretanto, como se depreende da análise dos artigos 1º de ambos os Projetos, abaixo transcritos, o bem público denominado é exatamente o mesmo, para o qual cada Projeto apresenta uma denominação diversa: (*verbis*)

### **" PROJETO DE LEI ° 17/2019**

...

**Art. 1º** – A praça sem denominação oficial, popularmente conhecida como Praça do Chinelão, localizada no trevo do Aeroporto, passa a denominar-se oficialmente **Praça Rosângela Veloso Assis Martins**.

..."

### **" PROJETO DE LEI ° 22/2019**

...

**Art. 1º** – A praça sem denominação oficial, popularmente conhecida como Praça do Chinelão, localizada no trevo do Aeroporto, passa a denominar-se oficialmente **Praça Dr. Antônio Augusto Barbosa Moura**.

..."





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

## *Gabinete do Prefeito*

Nota-se, claramente, que a existência de duas denominações para a mesma Praça Pública causará transtornos de toda a espécie, impossibilitando a identificação do bem público, o que demonstra que os aludidos Projetos de Lei são manifestamente contrários ao interesse público.

Ressalte-se, ainda, que não cabe ao Poder Executivo escolher o veto de um dos Projetos e a sansão do outro, promovendo assim o demérito de um dos saudosos Municípios agraciados com a honraria.

Por estas razões, outra solução não resta, ante a evidente impertinência e contrariedade ao interesse público do Projeto de Lei n.º 17/2019, senão que vetá-lo integralmente, em virtude de sua incompatibilidade com o Projeto de Lei n.º 22/2019, igualmente aprovado pelo Legislativo Municipal.

Estas, Senhor Presidente, são as razões que levaram-me a vetar o Projeto de Lei n.º 17/2019, em comento, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Nobres Edis desta Casa Legislativa.

Sendo o que se apresenta ao momento, reafirmo na oportunidade protestos de distinta consideração e apreço.

  
**Humberto Guimarães Souto**  
Prefeito de Montes Claros

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO *ESPECIAL*  
EM 28 DE *MAIO* DE 2019  
*[Signature]*  
PRESIDENTE





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **ASSESSORIA LEGISLATIVA**


### **PARECER SOBRE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI nº 17/2019, QUE “DENOMINA PRAÇA PÚBLICA”, de autoria do Prefeito Municipal.**

Veto enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG para análise.

Tanto o projeto de lei votado quanto o veto, apresentam sustentáculo jurídico para sua manutenção, o que torna a situação uma questão interpretativa e meritória a ser decidida pelo plenário, fugindo, portanto, da alçada desta assessoria.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 31 de maio de 2019.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



# Câmara Municipal de Montes Claros - MG

## COMISSÃO ESPECIAL

### PARECER Nº 02/2019

Da Comissão Especial sobre Veto Total aos Projetos de Lei nº 17/2019, que “Denomina Praça Rosângela Veloso Assis Martins” e nº 22/2019, que “Denomina Antônio Augusto Barbosa Moura”.

## I- RELATÓRIO

Após o trâmite regimental, os projetos foram aprovados por esta Câmara Municipal em Sessão do dia 30, de abril de 2019.

Através de Mensagem o Senhor Prefeito, usando da faculdade que lhe confere o artigo art. 54, §1º c/c com o artigo 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, vetou totalmente os Projetos de Leis nº 17/2019 e 22/2019 que “Denomina Praça Rosângela Veloso Assis Martins” e “Denomina Antônio Augusto Barbosa Moura”, respectivamente, os quais, retornaram a esta Casa para serem novamente apreciados, desta feita face aos argumentos empregados pelo senhor Prefeito para a interposição dos vetos.

Nessas condições, os vetos foram encaminhados para exame desta Casa, que por força do despacho do seu Presidente e em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I do Regimento Interno, foram enviados a esta Comissão Especial, nomeada pela Portaria 127/2019 constituída pelos vereadores Aldair Fagundes Brito, membro da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, Idelfonso Pereira Araújo e Valcir Soares Silva.

Inicialmente, verificamos que o senhor Prefeito interpôs suas razões de veto às presentes proposições alegando que tratam de denominações diversas para um mesmo bem público, contrariando, desta forma, o interesse público diante da dificuldade de identificar o endereço do mesmo. .

Após análise da matéria constatamos que assiste razão ao Senhor Prefeito, tendo em vista que a redação do art. 1º dos referidos Projetos de Lei dispõem sobre o mesmo objeto.

## II- CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão opina pela **MANUTENÇÃO** dos vetos aos Projetos de Leis 17/2019 e 22/2019, quando vierem a ser apreciados pelo Plenário.

Sala das Comissões, 18 junho de 2019.

Comissão Especial

Presidente “ad hoc” - Ver. Idelfonso Pereira Araújo

Membro – Ver. Aldair Fagundes Brito

Membro – Ver. Valcir Soares da Silva